

## **O PAPEL DO INTÉRPRETE NA EDUCAÇÃO DO ALUNO COM SURDEZ NO ENSINO SUPERIOR.** Priscila Fracasso Caetano, Prof. Rosimar Bortolini Poker, Prof. Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins.-Áreas A Ciências Humanas Sub Área: 3: 20: Educação. - Pedagogia – Departamento de Educação Especial – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

A profissão do intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), tem ganhado espaço dentro da sala de aula, e devido à política de inclusão social, mais especificamente da inclusão educacional que vem tornando-se comum nas instituições brasileiras, conseqüentemente o ensino superior, apesar de não estar preparado e adaptado para a proposta inclusiva, que começa a receber também alunos com surdez, nesse sentido, torna-se fundamental na perspectiva da educação inclusiva, a presença do intérprete em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como mediadora entre o aluno com surdez e seus saberes, uma vez que esse instrumento é imprescindível para garantir a acessibilidade curricular do aluno surdo. Ressalta-se que, pela diferença estrutural da língua de sinais e da língua portuguesa, não cabe um pensamento futurista utópico de que dentro da universidade os diversos professores irão aprender LIBRAS e transmitir os conhecimentos pela mesma, sinalizando e verbalizando ao mesmo tempo. A LIBRAS é essencial pelo fato dos alunos surdos não escutarem o que o professor fala e, também, pelo fato da leitura labial não ser suficiente para favorecer a acessibilidade comunicativa visto que, é limitada. Por essas razões, evidencia-se e justifica-se a necessidade da atuação do intérprete como mediador entre aluno e os saberes sistematizados.

A lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 reconhece oficialmente a Língua Brasileira de Sinais como língua utilizada pela comunidade surda que contempla e assegura a utilização do apoio do intérprete, em caso de surdos sinalizados que solicitarem o trabalho do mesmo.

A partir dessa legislação o número de alunos surdos matriculados no ensino superior aumentou e conseqüentemente houve aumento na contratação de intérpretes da língua de sinais.

O Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, em seu capítulo VII que trata da garantia do direito à educação de pessoas surdas ou com deficiência auditiva, aponta que as instituições de ensino responsáveis pela educação básica e superior devem atender aos princípios de uma escola inclusiva. Neste sentido, a escola deve adaptar-se considerando às necessidades educacionais especiais de seu alunado, proporcionando-lhe no caso o aluno surdo, acesso à comunicação, a informação e a educação.

Partindo desse pressuposto definido por Rosa (2005), é fundamental a presença do intérprete de língua de sinais, pois é ele que utiliza uma forma de comunicação acessível aos alunos surdos, ou seja, na modalidade visual-gestual. Para ela o ato interpretativo só acontece com a presença física desse profissional. Segundo a autora “o interprete é aquele que faz uma tradução ao vivo... representando como teatro” (ROSA, 2005, p.90).

O prefixo INTER na palavra intérprete significa o que esta entre uma língua e outra, pondo essas línguas em relação, criando uma afinidade entre elas. Os gestos do intérprete constroem em sentido do que digo, e ela depende disso para sua construção, assim como dependendo dos seus gestos para que esta fala sobreviva. (VERAS, 2002 apud ROSA, p.90).

O intérprete de língua de sinais, por ser um profissional da tradução, fica constantemente mediando as inter-relações que envolvem a comunicação, posicionando-se exatamente entre uma língua e outra, transportando os discursos trazendo compreensão ao desconhecido.

Dessa forma fica sobre a responsabilidade do intérprete o oferecimento de subsídios que promovam a interação comunicativa dos professores com o aluno surdo e dele com os alunos e funcionários da universidade. Além disso ao proporcionar a participação efetiva do surdo na escola, permite o acesso aos conteúdos e conseqüentemente favorece sua aprendizagem.

O professor torna-se parceiro nesse processo, trazendo os conteúdos ao intérprete que, nesta trama, torna-se “mediador do mediador”, (MARTINS, 2004, p.37). Assim a presença deste profissional traz uma proposta que ameniza o problema na interação comunicativa.

Apesar do reconhecimento legal do direito do surdo ao serviço de intérprete, atualmente observa-se que ainda a formação deste profissional não está definida.

A falta de conhecimento específico e domínio do intérprete sobre o conteúdo de cada curso de graduação, comprometem a interpretação, prejudicando sensivelmente o aluno com surdez. A princípio este é o ponto principal que dificulta a atuação do intérprete acadêmico, pois a falta de preparo e formação específica, além de prejudicar os alunos com surdez acarreta descrédito na profissão.

A lacuna só ameniza na medida em que o intérprete vai se familiarizando com a linguagem utilizada em cada disciplina do curso e com o apoio do professor responsável. Daí a importância das parcerias com os docentes. Afinal, cabe ao professor, com o suporte do intérprete, a responsabilidade pela educação do aluno em questão, devendo proporcionar as melhores condições possíveis de sistematização do conhecimento desenvolvido em cada disciplina.

Entretanto é sabido que:

“Os intérpretes formam-se através da prática com a comunidade surda” (ROSA, 2005, p.114), poucos que iniciam trabalhos em escolas, têm de fato experiências na educação, principalmente com as questões de aprendizagem e domínio dos conteúdos curriculares, tão importantes dentro da sala de aula.

No Brasil, como a profissão é extremamente nova, há escassez de intérprete, o que torna necessária a ampliação de cursos de capacitação.

Neste sentido, torna-se fundamental na atual conjuntura educacional brasileira, que se pauta na perspectiva de uma escola inclusiva, que reconhece as diferenças e atende às necessidades educacionais de seus alunos, que sejam realizados estudos que levem ao reconhecimento da profissão considerando-se as especificidades pertinentes à atuação do intérprete. Sem dúvida, existem aspectos diferenciadores na atuação do intérprete na educação básica e no ensino superior.

Com o objetivo de explicitar a atual situação do intérprete no ensino superior, foi desenvolvida esta pesquisa. Os resultados preliminares coletados a partir de intensa pesquisa bibliográfica apontam que: a função do intérprete nas universidades está em fase de implementação, há um número restrito de produção teórica sobre o tema, o que dificulta a elucidação de algumas questões, e, constata-se a existência de leis que garantem direitos aos alunos surdos em relação a LIBRAS, Entretanto, observa-se que, na prática, tais leis não vêm sendo cumpridas, restringindo-se a algumas iniciativas pontuais de alguns municípios.

Conclui-se então que com a atual política da educação nacional houve um significativo avanço na concessão de direitos ao aluno surdo, conseqüentemente constata-se a necessidade do intérprete de LIBRAS para se garantir a acessibilidade curricular do aluno com surdez, principalmente no ensino superior, entretanto esse problema não ainda vem sendo enfrentado com o devido cuidado em nossa país.

Conforme aponto o Art. 8º

Art. 8º A s instituições de ensino da educação básica e superior pública e privada deverão garantir às pessoas surdas acessibilidade à comunicação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação.(LEI nº10.436/02)

Observa-se que o trabalho do intérprete do aluno com surdez na sala de aula é imprescindível. Todavia, é preciso ressaltar que quando se trata do intérprete no curso superior o problema fica muito mais complexo. Isto porque se trata de um trabalho pedagógico que demanda um procedimento sistematizado de ensino que envolve um compartilhar direto com os professores, num campo muito específico que requer outras competências do intérprete. Como é o intérprete que percebe a dificuldade do aluno e tenta encontrar caminhos e métodos que facilitam a aquisição de conhecimentos, faz-se necessário o envolvimento deste profissional com as questões didático-pedagógicas específicas de cada disciplina.

Sem dúvida, este tema abrange um estudo aprofundado dos conteúdos de cada disciplina o que implica em uma formação específica muito mais abrangente e aprofundada. Atualmente, o que se percebe é que os intérpretes muitas vezes estão assumindo a responsabilidade pelo ensino do aluno surdo, mesmo sem ter o respaldo teórico necessário. Isso ocorre porque muitas vezes o docente responsável não está preparado para lidar com o aluno com surdez. Além disso, é o intérprete que precisa se responsabilizar pela pesquisa dos sinais relacionados às diferentes disciplinas e, quando tal sinal não existe é ele que precisa organizar uma forma de “traduzir” de forma a buscar alternativas para explicitar os conceitos utilizados na aula pelo aluno surdo. Torna-se urgente então um aprofundamento teórico sobre a questão para melhor se conhecer, definir e delimitar o campo de atuação e o papel deste profissional que adentrou recentemente no ensino superior que atualmente tem construído a sua formação apenas com base na prática.

### **Referências Bibliográficas**

FERNANDES, E. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artemed, 2003.  
GOES, M.C.R. **Linguagem surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.  
LADERDA, C.B.F. **O interprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental:** refletindo sobre limites e responsabilidades. Porto Alegre: Mediação. 2002.  
MONTEIRO, S.M. As dificuldades de conseguir intérpretes nas universidades brasileiras. **Net**. São Paulo, agosto, 2004. Seção Surdo Universitário. Disponível em <[http://www.Feneis.com.br/Educação/artigos\\_pesquisas/dificuldades\\_intérpretes.htm](http://www.Feneis.com.br/Educação/artigos_pesquisas/dificuldades_intérpretes.htm)>

**Bolsa:** PAE (Programa de Apoio ao Estudante)